

Eixo Temático: Infâncias no campo e Educação Infantil

A RETOMADA DA POLÍTICA FEDERAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS: construção de indicadores de qualidade e mobilização social

RESUMPTION OF THE FEDERAL CHILDHOOD EDUCATION POLICY FOR THE COUNTRYSIDE, WATER AND FORESTS: construction of quality indicators and social mobilization

Ana Paula Soares da Silva¹

Luciana Pereira de Lima²

Jaqueline Pasuch³

Regiane Sbroion de Carvalho^{4,5}

Resumo: O trabalho apresenta um projeto financiado pela FAPESP e desenvolvido pelo Ministério da Educação, que retoma a política nacional de Educação Infantil no/do campo. Objetiva-se a construção de indicadores de qualidade da Educação Infantil das crianças do campo, das águas e das florestas por meio de um conjunto de procedimentos: (1) Levantamento de indicadores preliminares através de análise documental, revisão bibliográfica, oficinas, formulários *online*; (2) sistematização de indicadores preliminares; (3) Consolidação e pré-teste da versão preliminar do IndiqueEICAF; (4) sistematização da versão final e publicação do IndiqueEICAF. Participarão do projeto: secretários municipais, gestores e profissionais da educação infantil do campo, das águas e das florestas; representantes de movimentos de defesa da Educação Infantil e sociais e sindicais do campo, das águas e das florestas; representantes de entidades vinculadas à educação; pesquisadores e representantes governamentais. Espera-se que esse instrumento dê visibilidade às demandas educacionais dos bebês e crianças pequenas dos territórios rurais e promova debates e monitoramento da qualidade da oferta educacional em suas creches e pré-escolas.

Palavras-chave: Educação Infantil do Campo. Políticas Públicas. Indicadores de Qualidade.

¹ Professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Ribeirão Preto. São Paulo. Brasil. E-mail: apsaores.silva@usp.br

² Professora do Instituto de Psicologia (UFU). Uberlândia. Minas Gerais. Brasil. Email: luciana.lima@ufu.br

³ Professora do quadro docente da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Sinop. Mato Grosso. Brasil. E-mail: jaqueline.pasuch@gmail.com

⁴ Professora do Departamento de Estudos da Subjetividade e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DESF/EDU/UERJ). Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Brasil. Email: regianesbroion@gmail.com

⁵ Participam ainda da pesquisa: Profa Dra Fernanda de Lourdes Almeida Leal (UFMG); Profa Dra Emília Peixoto Vieira Vaillant (UESC); Profa. Dra. Tatiana Noronha de Souza (UNESP-Araraquara); coordenação da COGEI/SEB/MEC e equipe; coordenação da Educação do Campo da SECADI e equipe. Apenas quatro nomes foram listados na autoria do resumo, em virtude das normas do Seminário, tendo sido os que se responsabilizaram de modo mais direto pela escrita e submissão do Resumo.

Abstract: The work presents a project financed by FAPESP and developed by the Ministry of Education, which resumes the national policy of Early Childhood Education in/from the countryside. The objective is to construct quality indicators for Early Childhood Education for children in the countryside, waters and forests through a set of procedures: (1) Survey of preliminary indicators through document analysis, bibliographic review, workshops, online forms; (2) systematization of preliminary indicators; (3) Consolidation and pre-test of the preliminary version of IndiqueEICAF; (4) systematization of the final version and publication of IndiqueEICAF. The following will participate in the project: municipal secretaries, managers and professionals in early childhood education in the countryside, waters and forests; representatives of movements defending Early Childhood Education and social and trade union movements in the countryside, waters and forests; representatives of entities linked to education; researchers and government representatives. It is expected that this instrument will give visibility to the educational demands of babies and young children in rural territories and promote debates and monitoring of the quality of educational provision in daycare centers and preschools.

Keywords: Rural Early Childhood Education. Public Policies. Quality Indicators

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, apesar das prerrogativas legais que definem a Educação Infantil como direito das crianças e famílias e dever do Estado (Brasil, 1988, 1996), evidenciam-se enormes contradições e desafios na elaboração de políticas nos territórios rurais, de cheche quando demandada pelas famílias e de pré-escola às crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade. Historicamente, os territórios rurais concentram os piores índices de acesso à vaga e de qualidade do atendimento, quando comparados com as instituições que se localizam nos territórios urbanos (Rosemberg; Artes, 2012).

A pauta da Educação Infantil das crianças do campo, das águas e das florestas, a partir da provocação dos movimentos sociais e sindicais, penetrou nas políticas educacionais do governo federal em meados dos anos 2000. Uma das primeiras iniciativas foi a realização, por meio de uma ação interministerial, do Seminário de Políticas Públicas de Educação Infantil no Campo, em 2008, em Brasília. Em continuidade, na aprovação da revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 – DCNEIs (Brasil, 2009a), ocorreu a inclusão do parágrafo 3º do artigo 8º que inaugura, no âmbito das políticas de Educação Infantil, o diálogo com a Educação do Campo. Em 2010, foi criado um Grupo de Trabalho para divulgação do referido parágrafo das DCNEIs, que produziu o texto “Orientações Curriculares para a Educação Infantil do Campo” (Silva; Pasuch, 2010). Como parte do processo de construção dialogada deste texto, ocorreu o I Seminário Nacional de Educação Infantil do Campo, que teve como um de seus encaminhamentos a realização de

pesquisa nacional para conhecimento e visibilização das condições de oferta e demanda da Educação Infantil do campo. A então Coordenação Geral de Educação Infantil (COEDI/SEB/MEC, hoje COGEI) promoveu, em 2011 e 2012, a pesquisa “Caracterização das Práticas Educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais”, coordenada pela UFRGS por meio de acordo de cooperação técnica com o MEC. Em 2013, mais um passo foi dado na construção dessa pauta, quando foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial para a Elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo. Em 2016, com os desdobramentos da política nacional, essa agenda foi interrompida sem que tenha sido consolidada e foram impostas perdas significativas nos avanços feitos até então. A pauta da Educação Infantil de crianças do campo, das águas e da floresta é recuperada em 2023, quando a coordenadora das políticas de Educação Infantil da SEB/MEC (Rita Coelho) e a coordenadora das políticas de Educação do Campo da SECADI/MEC (Maria do Socorro Silva), de forma integrada, incorporam a inclusão da educação dos bebês e das crianças pequenas dos territórios rurais nas ações de suas pastas.

O presente trabalho busca apresentar o projeto "Indicadores de Qualidade e Equidade da Educação Infantil das Crianças do Campo, das Águas e das Florestas (IndiqueEICAF): elaboração e mobilização de agentes políticos”, financiado de forma solidária entre SEB e SECADI/MEC e pelo Programa de Pesquisa em Política Pública da FAPESP (Processo 2023/10272-0, vigência de 2024 a 2026).

2 METODOLOGIA

A pesquisa segue uma abordagem inspirada em metodologias colaborativas, que entendem que os/as participantes são coprodutores do conhecimento (Streck, 2016) e que tomam os diferentes atores sociais como especialistas desde os lugares que ocupam na vivência com o fenômeno investigado ou com a política pública a ser construída. A concepção do instrumento a ser elaborado (IndiqueEICAF) se alinha aos debates sobre qualidade negociada e multidimensional (Bondioli, 2004). A construção do IndiqueEICAF prevê a promoção de momentos dialógicos das demandas de diferentes sujeitos envolvidos com a Educação Infantil do campo, das águas e das florestas, com vistas a identificar condicionantes específicos da qualidade da oferta da educação infantil nos territórios rurais.

O projeto ocorrerá em etapas concomitantes, distribuídas em: 1. levantamento de indicadores preliminares a partir da revisão da literatura nacional e em documentos do Ministério da Educação; 2. levantamento de indicadores autóctones por meio de cinco

Oficinas Regionais e aplicação de Formulário *online*; 3. elaboração e aplicação de versão pré-teste do IndiqueEICAF em 25 instituições das cinco regiões do país; 4. publicação e divulgação do IndiqueEICAF aos municípios brasileiros. Participarão representantes entidades educacionais, pesquisadores e representantes governamentais, guas e das florestas, O Formulário *online* será enviado a gestores municipais de educação de todo o país, profissionais que exerçam a docência na Educação Infantil do campo, das águas e das florestas e representantes de movimentos de defesa da Educação Infantil e de movimentos sociais e sindicais do campo, das águas e das florestas.

Está em andamento a etapa 1 do projeto, relativa ao levantamento de indicadores preliminares: na produção bibliográfica nacional nos últimos 10 anos; em produções do Ministério da Educação, que abarcam legislações e documentos públicos ou internos relacionados à temática. Os dados preliminares dessa etapa estão sendo analisados qualitativamente. Foram identificadas, até o momento, as seguintes dimensões que abarcarão possíveis indicadores preliminares de qualidade da Educação Infantil do campo, das águas e das florestas, a saber: condições físicas, espaços, mobiliários e materiais; planejamento institucional, gestão e avaliação; proposta pedagógica e curricular; formação e condições de trabalho de professoras/es e demais profissionais; relação família, comunidade e rede de proteção da criança; interações, experiências e linguagens (linguagem oral, escrita, contação de história, audiovisual, artes visuais, música, movimento); relações étnico-raciais e de gênero; aspectos socioambientais e sustentabilidade; alimentação e promoção da saúde; e transporte. As possíveis dimensões elencadas serão objeto de reflexões pelos/as participantes da pesquisa. Espera-se levantar tensões, consensos e dissensos com a mobilização dos diferentes atores e das distintas perspectivas na construção de dimensões e indicadores que expressem a complexidade dos territórios rurais e as melhores formas de atendimento às crianças nesses territórios.

3 DESENVOLVIMENTO

Antecipando algumas problematizações na construção de indicadores específicos

A construção de indicadores de qualidade próprios para creches e pré-escolas do campo, das águas e das florestas mobiliza debates sobre a pertinência da elaboração de uma política específica de Educação Infantil para essas áreas. Antecipa-se que essa discussão demanda enfrentar vários tensionamentos. Destacamos aqui três deles, relacionados: à política de Educação Infantil em geral e suas intersecções com especificidades para bebês e

crianças dos territórios rurais; aos debates sobre contextualização; aos entendimentos sobre o campo, as águas e as florestas.

Sobre a relação entre o geral e o específico, defende-se que as especificidades devem ser consideradas em relação ao alcance e à natureza das políticas públicas de Educação Infantil em geral. Consensos necessitam orbitar em torno do compromisso com o aprofundamento das concepções que marcam a política de Educação Infantil, instituída e consolidada no país em vários dispositivos legais. Essa política explicita uma concepção de infância e de currículo conquistada por um longo processo de luta dos movimentos de defesa da infância, independentemente de suas vinculações territoriais. Por outro lado, o compromisso dos diferentes atores com o aprofundamento da política de Educação Infantil como um todo deve vir acompanhado de exploração de suas limitações, para provocar movimentos de atendimento a demandas territorializadas e específicas.

Outro aspecto que tensiona a construção de indicadores de qualidade da Educação Infantil das crianças do campo, das águas e das florestas relaciona-se aos discursos sobre contextualização das práticas pedagógicas. Quando consideramos bebês e crianças pequenas, é mais do que desejável, tornando-se exigência para qualquer proposta educacional de qualidade, a sua articulação orgânica aos contextos que conformam a vida das crianças e de suas infâncias, sob o risco de, em sua ausência, produzir violências no processo de desenvolvimento cultural dos bebês e crianças (Silva, Barbosa; 2023). A problemática que desponta nesse debate é o que se entende exatamente por contextualização, qual sua natureza crítica e como ela penetra nas condições concretas de organização dos tempos, espaços materiais e, principalmente, nas interações que estruturam e promovem as mediações da entrada dos bebês e crianças no universo simbólico de seus grupos de pertencimento sociocultural. Esse debate provoca, no âmbito da Educação do Campo como um todo, questionamentos singulares sobre as potencialidades limites dos acúmulos já construídos na área, considerando creches e pré-escolas.

Por último, dentre outros tensionamentos, prevê-se o debate sobre os entendimentos em torno das definições de campo, águas e florestas e suas implicações para o estabelecimento de um documento que dê conta da multiplicidade implicada nas manifestações de vida, de modos de organização socioeconômica e de construções identitárias, requeridas por sujeitos sociais ocupantes de lugares, articulação política e poderes diferenciados. Essas questões circunscrevem as possibilidades de construção de indicadores de qualidade que dialogam com as características e particularidades das creches

e pré-escolas que atendem as crianças de diferentes populações/famílias do campo, das águas e das florestas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil do campo, das águas e das florestas é construída na política pública federal como movimento recente, provocado a partir de um encontro de saberes e militâncias de diversas ordens. Como resultado de um processo histórico e político, essa subárea conjugou movimentos sociais e pesquisas em Educação do Campo e Educação Infantil (Silva; Pasuch; Silva, 2012) e sofreu revezes nos últimos anos. O IndiqueEICAF se alinha a uma forma de elaboração de instrumento de avaliação de qualidade que reconhece especificidades na oferta da Educação Infantil do campo, das águas e das florestas e reafirma a necessidade de serem consideradas na formulação das políticas públicas federais.

Reconhece que existem lacunas históricas na área e, ao mesmo tempo, busca alinhavar a construção dessa política com as políticas de Educação Infantil e Educação do Campo mais amplas. Deriva desse exercício democrático de construção de política pública o convite para o enfrentamento de tensionamentos de diversas ordens, necessário para a superar lacunas, insuficiências, injustiças e violências pedagógicas, no reconhecimento de que o direito dos bebês e crianças passa pela superação de desigualdades historicamente construídas. A apresentação desta pesquisa em fóruns científicos como este é uma forma de ampliar as vozes que podem contribuir para uma compreensão o mais próxima possível do que deve ser considerado como Indicadores de Qualidade quando se considera a Educação Infantil das crianças do campo, das águas e das florestas.

REFERÊNCIAS

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 5/2009 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009a.

ROSEMBERG, F.; ARTES, A. O rural e o urbano na oferta de educação infantil para crianças de até 6 anos. *In*: BARBOSA, M. C. S. et al. (Orgs.). **Oferta e demanda de educação infantil no campo**. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p. 13-69.

SILVA, A.P.S.; PASUCH, J. **Orientações curriculares para a Educação Infantil do Campo**. Brasília, DF, 2010.

SILVA, A.P.S.; PASUCH, J.; SILVA, J. B. **Educação Infantil do Campo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, A.P.S.; BARBOSA, M. C. S. Educação Infantil das Crianças do Campo, das Águas e das Florestas: pertencimento, pluralidade e singularidade. **Retratos Da Escola**, v. 17, n. 39, p. 997-1016, 2023.

STRECK, D. R. Metodologias Participativas de Pesquisa e Educação Popular: reflexões sobre critérios de qualidade. **Interface**, v. 20, n. 58, p.537-547, 2016.